

REFLEXÕES ACERCA DA CULTURA POLÍTICA NO POPULISMO BRASILEIRO

Marco Aurélio Monteiro

Doutorando em Ciência Política (UFSCar)
Monteiro.marco@ymail.com

Recebido: 18 out. 2010
Aceito em: 23 nov. 2010

RESUMO

Temos como objetivo, neste *paper*, alçar uma discussão a respeito da cultura política no Brasil. Trata-se de uma característica explicativa da política brasileira, o populismo, uma vez que parte da literatura aponta que em tal período havia uma grande pobreza cultural cívica, tanto da parte do povo quanto de seus líderes. Nesse sentido, buscamos entender o papel da cultura política – se foi ou não determinante para a sustentação do populismo no Brasil.

Palavras-chaves: populismo, cultura política, ideologia.

ABSTRACT

Our objective, in this paper, raise a discussion about the political culture in Brazil. Addressing an explanatory feature of Brazilian politics, populism. Since part of the literature indicates that in this period there was a large civic cultural poverty, both by the people, as their leaders. In this sense, we understand the role of political culture, whether it has been decisive for the support of populism in Brazil.

Keywords: *populism, political culture, ideology.*

1 INTRODUÇÃO

Ao discutirmos acerca do Estado e da sociedade no Brasil contemporâneo, acabamos por pensar sobre um momento histórico hoje datado, vivenciador de grandes mudanças. Trata-se de uma característica explicativa da política brasileira: o populismo (1930-1964). A democracia populista vivenciou transformações, como a passagem da sociedade tradicional à moderna, a modernização do campo, a discussão da reforma agrária, a urbanização, a industrialização, o surgimento dos sindicatos, o destaque dos partidos políticos, etc.

Entretanto, pretendemos neste *paper* apresentar um painel geral do fenômeno populista brasileiro, com a discussão de conceitos, visões de autores e atuação de partidos políticos. Em seguida, temos como objetivo levantar uma discussão a respeito da cultura política da época, uma vez que Soares (2001) aponta que no período em questão havia uma grande pobreza cultural cívica, tanto da parte do povo quanto de seus líderes. Nesse sentido, buscamos entender o papel da cultura política – se foi ou não determinante para a sustentação do populismo no Brasil.

2 POPULISMO

O golpe militar de 1964 acabou por certo com a democracia populista, com a pluralidade de partidos e com a possibilidade de manifestações populares. O populismo, com muitos conceitos – ora estratégia política e econômica, segundo Ianni (1971), ora expressão política de interesses da classe dominante, isto é, exaltação do poder público, para Weffort (1978), ou ainda uma política de massas, conceito que abrange em geral a ideia de tal acontecimento –, teve sua periodização. Surgiu com Vargas em 1930 e seu colapso foi em 1964 com o golpe militar.

Por trás da ideia de política de massas, encontramos uma ideologia nacional desenvolvimentista, com um avanço industrial, com a urbanização, com o aparecimento de uma burguesia e com um proletariado industrial, concomitantemente com a dicotomia rural-urbana. Cabe lembrar, como aponta Villa*, que a modernização de 30 não foi graças a Getúlio Vargas, mas à necessidade histórica, não havendo outra saída senão a modernização. No entanto, a sociedade viveu sob a égide de um governo paternalista, em que, para Weffort (1978), a manipulação estava sempre presente – ora a massa sendo controlada pelo Estado, ora a demanda da massa sendo atendida. Percebe-se assim que a democracia realmente era debilitada, o que dava margem à ideia de golpe, revolução e mudança.

Os partidos nesse contexto tinham seu papel. A União Democrática Nacional (UDN), que surgiu como o partido do golpe, sendo desde o princípio antivarguista, logo antidesenvolvimentista, procurava apoio nos setores militares e na imprensa para realizar seus ideais. Embora houvesse fragmentação dentro da UDN, o que Benevides (1981) denominou UDNs, a ideia e a posição central do partido eram o antivarguismo e a exclusão da participação popular. A retórica e a prática foram a lacuna pela qual o golpe poderia ser justificado. Embebedada pela ideia de um regime autoritário transitório para depois viver plenamente a democracia, a UDN corroborava com as ideias dos militares, tais como a segurança nacional e as ameaças da luta de classes.

No entanto, quem estava no poder, quando o golpe eclodiu, foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esse partido foi fortalecendo-se por meio das eleições, aliando-se com as massas, sindicatos e com a esquerda, tecendo críticas ao

(*) Marco Antonio Villa, ministrou a disciplina “Estado e Sociedade no Brasil Contemporâneo”, no segundo semestre de 2005, na UFSCAR.

governo e se fazendo partido do governo, da situação. E assim, em função de sua ideologia oposicionista, sua atuação alimentou conflitos e radicalizações. Tinha a massa como meio de controle de seu próprio reacionarismo. Quis o Congresso como mentor reformista, pois pretendia um governo popular, porém este foi governado pela cúpula. Em meio a toda essa dinâmica, o PTB, partido considerado integrador povo-governo, sindicalista atuante, partido trabalhista e democrático, acabou por ser uma ilusão. Como postula D'Araújo (1996), a participação das massas no sentido de reforma nacional foi um equívoco, uma propaganda do próprio partido, já que o setor mais radical do PTB, ao estar em contado com os militares, acabou por insuflar uma intervenção militar, despojando João Goulart da Presidência da República.

Com o fim da aliança do PTB com o Partido Social Democrata (PSD), que outrora mantinha o governo, o que surgiu foi o descrédito com a proposta democrática. A crise política estava na pauta do dia, e a saída parecia ser a revolução. Assim, como lembra Élio Gaspari (2002, p.95), o Exército “[...] dormiu janguista e acordou revolucionário.” Todavia, essa revolução se materializou em um governo autoritário, grotesco politicamente. O resultado foi o fim da pluralidade partidária, da livre expressão e do sonho revolucionário, dados os atos institucionais gerados pelos militares. Com a democracia interrompida, termo cunhado por Dillon Soares (2001), ao analisar o período em questão, vale dizer que no desenvolvimentismo, com a pouca democracia que existia, houve um progresso, porém desigual. O progresso foi forte economicamente, de caráter industrial e urbano, com crescimento da abstenção, com o eleitor mais educado e com a ideia de direito como cidadania. O lento desenvolvimento social, a disparidade entre classe média e classe trabalhadora, a esperança de vida reduzida e o analfabetismo trouxeram a marca de desigualdade. Por todo

esse contraste, segundo Dillon Soares (2001), vieram à tona a crise política, a renúncia de Jânio Quadros, a incompetência de Goulart e, enfim, o golpe militar.

3 CULTURA POLÍTICA

A cultura política é um dos caminhos possíveis para a busca de uma compreensão do populismo. A explicação final ou verdadeira não é da alçada de nenhuma corrente das teorias políticas, contudo visões corroboram as análises do fenômeno ocorrido. O fato é que durante os anos, agora período denominado populista, houve no Brasil várias mudanças. E uma dessas mudanças foi a vinda do homem do campo para as cidades, concomitantemente com a industrialização e com a ideia de progresso e de melhoria de vida. A dicotomia rural-urbana, não sendo superada, acabou por encontrar em líderes populistas um meio de continuar a existir no sentimento de submissão e no apoio entre o povo e seu líder. Weffort (1978) realça a diferença entre o coronelismo, ora vivenciado nos municípios do interior, âmbito local, com o populismo sendo intensificado no processo de urbanização, é “[...] por certo um fenômeno de massas” (p. 27). No entanto, deixa claro que há ponto em comum entre tais fenômenos. É a “[...] identificação pessoal na relação entre o chefe e a base” (p. 28). No mais, nos diz que (p. 36)

[...] o populismo, nestas formas espontâneas, é sempre uma forma popular de exaltação de uma pessoa na qual esta aparece como a imagem desejada para o Estado. É uma pobre ideologia que revela claramente a ausência total de perspectiva para o conjunto da sociedade. A massa se volta para o Estado e espera dele “o sol ou a chuva”, ou seja, entrega-se de mãos atadas aos interesses dominantes.

Assim, postulava a teoria da modernização para a formulação sobre o populismo no Brasil; as análises se centravam na ausência de um povo atuante, de um povo culturalmente democrático. Dessa maneira, para Ferreira (2001, p. 67),

[...] perdurou, ao longo do tempo, a ideia de que, com o processo de urbanização, os indivíduos recém-chegados do mundo rural teriam contaminado os antigos operários com suas ideias tradicionais e individualistas. Sociedade atrasada, camponeses que vieram para as cidades, igualmente um atraso, e logo, uma política novamente atrasada, eis o ambiente em que teriam proliferado os líderes populistas.

Não estavam, assim, superadas as soluções tradicionais do campo, como a submissão, a violência, o misticismo. Ianni (1971) afirma ser esse um ponto importante para entender a estrutura de tal política de massas, isto é, a composição rural-urbana do proletariado industrial. O povo vindo do campo não trazia consigo uma tradição política, uma cultura política democrática.

A visão da teoria da modernização não era mais o enfoque principal para a explicação do populismo. Ferreira (2001) nos atenta para uma segunda geração populista, em que a preocupação se encaminhou para as relações entre o Estado e a sociedade, durante o primeiro governo de Vargas. O autor afirma que, nesses estudos, combatia o pensamento de um povo tão disperso dos acontecimentos políticos, tendo como ideia central o fato de o populismo impor-se pela “[...] conjugação da repressão estatal com a manipulação política, embora a chave de seu sucesso tenha sido a satisfação de algumas demandas dos assalariados” (FERREIRA, 2001, p. 83). Entretanto, para esse autor, a discussão anteriormente à dicotomia entre o rural-urbano, bem como o pouco conhecimento de uma cultura política mais democrática, não foi apresentada na presente visão, uma vez que, “[...] a

gratidão e as manifestações elogiosas dos assalariados ao ditador dificilmente são refutados pelos estudiosos.” (Id.).

“Repressão e persuasão” foram marcas apontadas como meio de entender a relação entre o Estado e a sociedade. Deve-se entender repressão como atuação da polícia, de uma legislação autoritária, etc., e persuasão como o papel desempenhado pela propaganda política. Ferreira (2001) lembra que, por conta desses meios utilizados, houve um impedimento dos trabalhadores mais organizados em seguir os caminhos que os conduziria a uma “autêntica identidade política”. Além do mais, “[...] o governo de Vargas teria ‘inculcado’ nas mentes das pessoas ideias, crenças e valores baseados na mentira, na ilusão e na deformação ou inversão da realidade.” (Ibid., p. 87). Isso nos permite reconhecer traços ainda não superados de uma ausência de tradição política. Já nos anos 80, “[...] as análises negam que as classes dominantes tenham o monopólio exclusivo da produção de idéias.” (Ibid., p. 97). Valorizava-se, assim, a cultura popular, os trabalhadores com suas próprias crenças, comportamentos e valores. A ideia não era de uma imposição da política populista sendo aplicada de “cima para baixo” pela classe dominante.

A história cultural tentou construir argumentos que dessem racionalidade ao fenômeno populista e que reportaram a história com exemplos de rebeldia – a Revolta da Vacina, Canudos, entre outros –, para mostrar a não-passividade de um povo. Todavia, como postula Ferreira (2001, p. 102), a categoria da irracionalidade “[...] é uma das pilastras que sustenta a noção do populismo.” Mesmo com esses argumentos, houve por certo a intervenção estatal, basta pensarmos que “[...] a partir de 1945, a formulação do projeto trabalhista pelo Estado contribui, de maneira decisiva para configurar uma identidade coletiva da classe trabalhadora.” (Ibid., p. 103).

Weffort (1978, p. 145), procurando superar a teoria da modernização, isto é, a visão de mudanças da conduta das massas de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, acaba por chamar atenção para os aspectos históricos e estruturais que tal transição envolve. No entanto, para ele é na mobilidade social que ocorre o entendimento do comportamento político. Assim, afirma:

A “mobilização” põe o indivíduo aos quais atinge, qualquer que seja a classe social a que pertençam ou à qual se incorporem, e qualquer que seja a circunstância histórica, em “situação” de disponibilidade para participação política, qualquer que seja o tipo ou o conteúdo real desta participação.

Contudo, o “comportamento populista” para esse autor é mais recorrente nas classes populares, em função das circunstâncias de sua formação, envoltas no desenvolvimento capitalista brasileiro, sobretudo no pós-30. As classes em formação, para Weffort (1978, p. 146), diante da sociedade em transição, têm por condicionamento político ordens diferentes de fatores, primeiro pela “heterogeneidade interna da sua composição econômica e social, radicada na diversidade de formas de produção.” Um outro fator é apresentado como a “[...] mobilidade social no interior desses marcos heterogêneos que caracterizam as classes populares.” (Id.). No mais, há as contradições entre a composição da formação da classe operária de grandes cidades privilegiadas economicamente perante os setores populares urbanos e rurais. Entretanto, para WEFFORT (1978, p. 174),

[...] nas condições próprias da urbanização da economia e da sociedade em um país de formação agrária, os setores populares urbanos emergentes com o populismo, particularmente aqueles localizados nas grandes cidades, se formam muito mais com a contribuição direta ou indireta da

migração rural, da migração urbana de regiões mais pobres e da transferência de pessoas até então pertencentes a setores urbanos 'menos favorecidos', do que com a decadência social de pessoas pertencentes às "classes médias", à burguesia de pequenos proprietários ou a um artesanato de condição "pequeno-burguesa".

Mesmo com tal transição, a mudança expressiva de atuação política não aconteceu, não ocorrendo assim, como afirma Weffort (1978), a "revolução". Embora o autor apresente a ideia de alguns intelectuais brasileiros sobre a "revolução individual", que seria já uma revolução, pois o operário migrou do campo para a cidade. De fato essa mudança não é para Weffort uma mudança radical que deva ser denominada revolução. Assim, supõe-se uma não-superação da cultura da obediência, dadas as inexperiências de classes e inexperiência política da nova classe operaria, não resultando efetivamente uma cultura cívica, mas visando ao conhecimento, perspectivas e atuação consciente do sistema político.

Apresentadas essas características, fica mais clara a ocorrência do fenômeno populista no Brasil. Soares (2001), ao tratar do período em questão, acaba por corroborar o entendimento de tal fenômeno. O autor nos informa que o Brasil teve grandes crescimentos, tanto econômico quanto político, porém não ocorreu o mesmo fato na questão social. A causa apontada para isso é, para ele, a falta de democracia. No limite, falta também de uma cultura democrática.

O crescimento econômico existiu e foi acelerado, como afirma Soares (2001), coincidindo diretamente com os anos democráticos. A elite brasileira estava preocupada com o subdesenvolvimento econômico. Afinal o período foi marcado ideologicamente pelo desenvolvimentismo. O avanço na esfera política foi ascendente, uma vez que uma das principais questões tratadas no período foi a ampliação do voto. O entrave se deu pela não-alfabetização do povo

brasileiro, logo pela falta de conhecimento eleitoral e de uma cultura cívica. No entanto, como afirma Soares (2001, p. 310), a cidadania vai além do voto, pois “[...] é um processo mais complexo e longo do que a simples legislação ampliando o direito ao voto.”

A questão social, no entanto, com o desenvolvimento econômico acabou por acelerar as desigualdades. Salários desiguais, hierarquização dentro de empresas e no Estado, ínfima esperança de vida, acentuação de diferenças regionais e pouca ênfase na educação são marcas desse atraso. Contudo, não deixam de ser pontuações da falta de uma cultura política democrática. Como afirma Soares (2001, p. 325):

A cultura política era algo que faltava tanto ao povo quanto aos líderes políticos, chegando a culpar o Estado por tal falta. Em países com renda muito baixa, como era o Brasil, o Estado tinha um papel fundamental que não foi exercido em alguns períodos, seja pela pobreza da cultura cívica, seja pela ignorância do grupo no poder, seja na instabilidade política.

Logo sobressaíam as ideias populistas, isto é, a política de transição, a pobreza ideológica, os interesses de classe e as estratégias políticas do desenvolvimento econômico.

Finalmente, cabe ressaltar que a visão com a qual desenvolvemos o trabalho não deixou de ser proveitosa, embora não definitiva, pois o conhecimento da totalidade é impossível, como nos lembra Weber. O trabalho nos fez perceber que o papel da cultura política não é algo fadado, estando presente no desenvolvimento da história política, sobretudo da carência de uma cultura política democrática no fenômeno populista brasileiro.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, M. V. de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

D'ARAUJO, M. Celina. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. São Paulo: FGV, 1996.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SOARES, G.A. D. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

WEFFORT, F. Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.